

O papel da Gestão Escolar na tratativa de demandas relacionadas a problemas de Identidade de Gênero na Educação Básica

Moisés Moreira da Silva

Formado em Administração de Empresas pelo Centro Universitário Teresa D'Ávila – Unifatea - Lorena, especialista em Gestão Estratégica da Inovação e Empreendedorismo pela Faculdade de Tecnologia de Guaratinguetá – FATEC, especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Estrangeira pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER – e graduando em Letras pelo Centro Universitário Teresa D'Ávila – UNIFATEA, atualmente é professor da rede privada de ensino.

Lucio Mauro da Cruz Tunice

Formado em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de Lorena - Unisal - Lorena, especialista em formação docente para o ensino superior - UNISAL -Lorena, mestre em educação pela Universidade de Taubaté - UNITAU, atualmente é advogado e professor no centro universitário Teresa D'Ávila.

Resumo

O trabalho tem por objetivo propor a discussão do papel da gestão escolar na administração de demandas referentes aos problemas de identidade de gênero na Educação Básica. A importância de tal reflexão se dá por causa do ambiente heterogêneo que a escola representa e a participação de atores de diversas realidades em sua dinâmica. Buscaram-se autores que discutiram as questões de multiculturalidade (CANDAU, 1983 e LOPES, 2013), Identidade de Gênero (BUTLER, 2017 e VARIKAS, 2016) e Gestão escolar (LIBÂNEO, 2013 e GROCHOSKA, 2014), além de outros temas relacionados, como as sexualidades. Considerou-se a importância da gestão escolar na garantia de que a escola trabalhe pautada no respeito à diversidade e na implementação de políticas relacionadas ao tema na elaboração do projeto político pedagógico, bem como na articulação de toda a comunidade escolar nesse sentido.

Palavras-chave

Gestão Escolar; Identidade de Gênero; Multiculturalidade.

Abstract

The research has the objective to propose a discussion about the paper of school management on issues related to gender identity on basic education. The importance of this reflection is clear because of heterogeneous character of schools and at the configuration of its participants. Many authors were considered, about multiculturalism (CANDAU, 1983 and LOPES, 2013), Gender identity (BUTLER, 2017 and VARIKAS, 2016) and school Management (LIBÂNEO, 2013 and GROCHOSKA, 2014), besides other themes related to sexualities. Was considered the importance of school management to ensure that all subjects related to diversity need to be worked on school documents and projects, as well as community participation.

Keywords

School Management; Gender Identity; Multiculturalism.

Introdução

É de conhecimento da comunidade acadêmica e escolar a importância de se pensar uma escola pautada em valores que respeitem a multiculturalidade e a dimensão humana dos envolvidos em seus processos, sejam eles pedagógicos ou administrativos (Lopes, 2013). Sabe-se também que faz parte do trabalho do gestor escolar fomentar ações que contribuam

para que tais aspectos sejam respeitados e garantam a efetiva e democrática participação de todos os agentes envolvidos na dinâmica escolar para o seu bom funcionamento (Saviani, 2000).

Desta forma, é correto afirmar que as questões sobre a identidade de gênero na escola fazem parte de uma gama de outros fatores que precisam ser observados e gerenciados no cotidiano das instituições escolares. Visando a importância da dinâmica entre a multiculturalidade e, portanto, as questões de gênero e a responsabilidade da gestão escolar nesse processo, esse trabalho pretende responder ao seguinte questionamento: qual é o papel do gestor escolar na administração de demandas relacionadas à questão da identidade de gênero no ambiente escolar?

Pode-se pensar que a gestão escolar não deve entrar em questões que fujam da dinâmica administrativa da escola, o que acarretaria na omissão do gestor quanto às questões relacionadas às demandas sociais dos alunos, deixando a cargo das famílias as tratativas relacionadas aos temas transversais, inclusive os relacionados às sexualidades e às questões de gênero, porém, sabe-se que a escola, por seu caráter heterogêneo, apresenta mais necessidades do que a aplicação do currículo e a garantia de seu funcionamento enquanto organização.

O objetivo da pesquisa que segue é analisar o que foi apresentado por importantes teóricos da didática, da questão da identidade de gênero e das sexualidades, afim de proporcionar subsídios para a reflexão da comunidade acadêmica sobre a tratativa da questão da identidade de gênero por parte da gestão escolar das instituições de educação básica no país. Além de apresentar conceitos complexos sobre a temática, o trabalho também os conectou aos conceitos de gestão escolar democrática dando ênfase à dimensão humana, social e política dos estudantes.

Dessa forma, justifica-se a relevância dessa pesquisa o caráter coletivo da escola e a falta de preparação dos gestores para organizar e administrar demandas relacionados às sexualidades e identidade de gênero. Outro fator relevante é a importância de haver a compreensão, por parte dos gestores, de temas transversais que precisam ser considerados nas estratégias pedagógicas e administrativas da escola.

1. A escola as suas demandas sociais

Segundo Saviani (1999), a escola, enquanto instituição social pode apresentar, tanto um papel de equalização social quanto uma atitude de segregação e marginalização de indivíduos que tenham menos oportunidades. Para o autor, essa dicotomia auxilia a entender o quanto a sociedade é influenciada pela atuação das escolas e seu poder de inserção social do indivíduo ou da sua definitiva exclusão dos grupos sociais privilegiados. A consideração das questões humanas e o desenvolvimento das habilidades de senso crítico devem, para o autor, serem consideradas e avaliadas na escolha de práticas pedagógicas e elaboração de teorias para a educação.

Na mesma linha, Melo e Urbanetz (2012) alertam para a objetivação dos elementos culturais e sociais na elaboração do currículo e na prática pedagógica visando a democratização do desenvolvimento do indivíduo e sua participação na sociedade. Tal importância se mostra evidente no entendimento da relação ensino-aprendizagem que existe entre o aluno e a escola, na pessoa do professor.

Cardieri (2011) enfatiza a importância de incluir os Temas Transversais como: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual aos programas pedagógicos sem, necessariamente, realizar a disciplinarização dos mesmos, ou seja, incluindo-os de forma natural às discussões das disciplinas que já existem no Currículo Escolar.

No que diz respeito à sexualidade e gênero, Vidal (2002) explica que o papel da escola é o de auxiliar o trabalho da família, apresentando aos seus educandos outros pontos de vista em relação a um assunto que, muitas vezes, os pais não sabem como abordar. Da mesma forma, as instituições escolares devem estar atentas aos valores e às realidades nas quais tais famílias estão inseridas. Os materiais e conteúdos abordados na educação sexual, por exemplo, precisam respeitar o contexto no qual aquele grupo pertence.

Candau (1983) também explica a importância da dimensão humana e político-social na elaboração das estratégias, de forma a propiciar a interação dos aspectos sociais do educando com as abordagens técnicas que são desenvolvidas ao longo da experiência escolar. A autora ainda cita a multidimensionalidade do processo ensino-aprendizagem, o que corrobora com a ideia de que a dimensão humana deve sobrepor a ideia de um ensino unilateral e voltado apenas aos conceitos curriculares.

Melo (2012) afirma que os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, definem o Brasil como país onde se encontra grande diversidade cultural, mesmo que nem todas as diferenças tenham sido respeitadas ao longo do tempo. A escola, especialmente, tem sido um lugar onde a discussão sobre a multiculturalidade brasileira é calada, mesmo sendo um ambiente, no qual o fomento de tais discussões deveria acontecer. Mais do que calar, muitas vezes os educadores são agentes disseminadores de preconceitos através de suas atividades cotidianas. Porém, o autor deixa claro que culpar apenas o professor pelo andamento de discussões e reflexões acerca das demandas sociais a partir da escola é minimizar o papel do estado no fomento de tais discussões.

Identidade de Gênero e Educação Básica

Butler (2017) lança mão de uma importante discussão sobre a distinção existente entre os conceitos de gênero e sexo biológico. A filósofa explica que o gênero é uma variável oriunda de uma série de construções culturais baseadas na ideia de que o sexo biológico possa vir a definir as atitudes e preferências de um indivíduo. A autora ainda explica a separação que existe entre os corpos sexuados e os gêneros culturalmente construídos, ou seja, todas as características impostas pela sociedade a um determinado gênero não podem ser consideradas como inatas de acordo com o sexo biológico.

A questão do gênero é tratada por Varikas (2016) como um conceito itinerante, ou seja, desde o surgimento da palavra “gênero” para o referido assunto na década de 1970, na França, até a sua atual discussão no século XXI, o termo passou e passa por uma série de interferências que ora auxiliam o debate, ora fomentam a rejeição de uma abordagem adequada do tema. Para ela, a importância não está somente na palavra, mas no entendimento cognitivo que ela pode e deve despertar nas pessoas.

Torres (2013) apresenta uma preocupante característica das configurações da educação básica formal, que é a de disseminadora de preconceitos. O autor diz que, infelizmente, muito do que é discutido na escola apresenta as questões da sexualidade e do gênero vinculadas apenas à parâmetros biológicos, o que colabora para o crescimento de opiniões baseadas nos conceitos religiosos de homem e mulher, criados por Deus com sexualidades e papéis definidos na sociedade, passíveis de condenação diante de seus pecados. Essa ideia fere diretamente a ideia de Estado laico e dificulta o debate em torno da sexualidade humana, bem como a aceitação de conceitos que fujam da heterossexualidade na escola. Tais preconceitos, segundo o autor, podem criar permissões para que a violência seja praticada contra lésbicas, gays, travestis e transexuais.

O autor ainda afirma que as noções de sexualidade humana presentes na sociedade e, portanto, na escola baseiam-se nas ideias difundidas pelo judaísmo, helenismo e cristianismo, que sempre reforçaram os conceitos heterossexistas. Tais noções limitadas atrapalharam e

ainda atrapalham o processo de compreensão de outros conceitos relacionados à sexualidade dos indivíduos que compõem os mais variados grupos sociais, inclusive na escola. Nesse contexto, ideias como identidade de gênero e orientação sexual são ofuscadas por ideais moralistas que são aprendidos de geração em geração.

Torres (2013) ilustra o cenário onde o jovem que se expressa como gay, lésbica, bissexual, travesti e transexual está inserido na escola, e a necessidade de se trabalhar para a manutenção de seus direitos e a necessidade de proteção contra violências que possam acontecer nesse ambiente escolar. Além disso, também reafirma a necessidade de se garantir a laicidade do estado a fim de que a discussão em torno da sexualidade da criança e do jovem não seja baseada em preceitos morais e religiosos. Embora se saiba que as questões religiosas precisam ser respeitadas no Brasil, um dos países mais ricos culturalmente no que diz respeito às manifestações desse teor, é preciso garantir que transexuais e travestis sejam reconhecidas por seu nome social, que educadores sejam questionados ao praticar piadas contra gays e garantir outros eventos que proporcionem discussões acerca dos direitos da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros - LGBT, sobretudo na escola.

Por sua vez, Lopes (2013) apresenta a questão da sexualidade e gênero como sendo tratada por educadores como uma dimensão ainda relacionada à vida privada do indivíduo e não, como se espera, relacionada às questões sociopolíticas e culturais as quais precisam ser discutidas. Tal comportamento, para o autor, anula a escola enquanto agente formador do aluno como membro de um grupo social. O mesmo acontece com as questões de gênero, que são excluídos na dinâmica de que a escola deve ater-se às questões do intelecto e não do corpo humano e suas complexidades.

O autor também afirma que muitos estímulos externos, como a TV e a internet, têm proporcionado colaborações expressivas na inclusão dos temas referentes ao corpo, à sexualidade e ao gênero ao ambiente escolar. Cada vez mais os gays, as lésbicas, os transexuais e travestis são representados na mídia e seus produtos, o que torna a discussão impossível de não acontecer no ambiente escolar. Diz ainda que, embora esses assuntos surjam naturalmente em sala de aula, os educadores encontram dificuldade e resistência para desenvolver tais reflexões.

Lopes (2013) registra que as teorias que buscam redimensionar as definições e padronizações da sexualidade, criando o diálogo transversal entre as diversas possibilidades nesse sentido. A chamada teoria *Queer*, que em português não encontrou uma palavra que a traduzisse, busca fazer com que as diversas nomeações e definições sejam aceitas de forma natural sem a necessidade de submetê-las a padrões sociais já enraizados. Não se trata da imposição de novos padrões ou nomenclaturas, mas sim, de criar alternativas para que as diferenças sejam problematizadas com assertividade nos diversos ambientes sociais, sobretudo na escola.

2. Gestão escolar e seu aspecto social

Considerando o caráter multicultural da escola, vale ressaltar a questão do gênero como uma das variáveis sociais que o gestor precisa estar apto a organizar no ambiente educacional. Libâneo (2013) define a Gestão Escolar partindo do princípio dos processos que são definidos intencionalmente e sistematicamente para que aconteça uma tomada de decisão capaz de gerar ações eficazes ao bom desenvolvimento do clima organizacional da instituição escolar. O autor também explica que a participação de todos e a democratização de tais tomadas de decisão são fundamentais para assegurar a democratização da gestão escolar.

Dessa forma, o autor também apresenta a autonomia dos indivíduos envolvidos ao

processo educacional como importante fator a ser respeitado por gestores escolares durante toda a sua atuação profissional. Dessa forma, é respeitada a individualidade de cada membro da escola, bem como a sua capacidade de opinar e decidir sobre a sua vida. Sendo assim, Libâneo (2013) destaca que a participação dos professores, dos pais, dos alunos, dos funcionários e de outros representantes da comunidade garantem a democratização dessa gestão, desde que bem conduzida pelo gestor.

A gestão escolar, em seu caráter democrático-participativo, deve contemplar a efetiva participação dos membros da comunidade escolar nas atividades e decisões tomadas durante a elaboração de suas atividades. Grochoska (2014) trata da importância da equalização da participação de todos os envolvidos na delimitação de objetivos para o projeto pedagógico. A autora também salienta a importância das tomadas de decisão coletivas, considerando o papel da gestão escolar e os demais profissionais envolvidos no processo, bem como a propiciação de um ambiente favorável a tais discussões.

Lück (2009) ressalta o papel da gestão escolar, na pessoa do diretor da escola, de organizar as tomadas de decisões e o funcionamento da escola, enquanto organização social, levando em consideração a formação dos alunos e o aprendizado de acordo com as determinações legais. Também cabe à gestão promover a visão social do trabalho da escola, ampliando o alcance das práticas pedagógicas aos aspectos individuais de cada membro da comunidade escolar. A autora ainda reafirma as constantes transformações sociais às quais a escola está sujeita e reitera a importância de contemplar essas transformações nos planos e políticas da instituição, bem como na atuação do gestor ou gestora.

A autora também apresenta claramente o papel articulador da gestão escolar diante da diversidade da unidade pedagógica. Sua atuação na elaboração do Projeto Político Pedagógico, na promoção de ações continuadas para o aprendizado dos alunos, e no desenvolvimento de estratégias que desenvolvam a capacidade crítico interpretativa do educando, o que também engloba sua percepção sobre contextos sociais.

3. Metodologia

Trabalho realizado através de revisão de literatura, considerando livros de importantes autores da área de educação, sexualidade e gênero, bem como artigos pesquisados através do Google Acadêmico e Scielo.

4. Discussão e resultados

O aspecto social da escola apresentado por Saviani (1999) e o papel das instituições escolares enquanto agente agregadores e impulsionadores da inclusão e aceitação da diversidade explica a importância do estudo da didática pela ótica das demandas sociais encontradas no cotidiano da escola. Da mesma forma, a inclusão do aspecto cultural de cada grupo social específico se faz importante, como salientaram Melo e Urbanetz (2012). Portanto, é possível afirmar que a gestão escolar, enquanto mantenedora das políticas e valores da instituição deve considerar os aspectos sociais e culturais na elaboração de seu projeto político-pedagógico.

É válido afirmar, conforme salienta Carieri (2011), que os Temas Transversais já estão previstos na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, porém, é importante que o gestor trabalhe para que a efetivação de tais abordagens aconteça de forma eficaz durante o processo ensino-aprendizagem dos alunos, os quais precisam ser respeitados e formados não

apenas para aspectos técnicos, mas também tendo sua dimensão humana e político social consideradas (Candau, 1983).

Essa discussão sobre a participação da gestão escolar quanto ao respeito à dimensão humana dos alunos se faz necessária, especialmente, porque sabe-se que o multiculturalismo tem sido negligenciado no ambiente escolar (Melo, 2012). Seja por puro descaso da gestão ou por falta de comprometimento do corpo docente, as questões sociais muitas vezes passam despercebidas e os danos causados por tal descaso no processo ensino-aprendizagem são deixados de lado na hora de diagnosticar as causas de baixos índices de rendimento escolar, ou seja, as defasagens sociais ou vulnerabilidades que os alunos estão expostos, muitas vezes, não são entendidas como causas do desnívelamento de seu desempenho escolar.

Nessa perspectiva, a questão da identidade de gênero se torna um dos pontos que apresenta maior defasagem, especialmente, porque há uma falta de entendimento e interesse por parte da sociedade em entender as demandas relacionadas a esse assunto. Butler (2017) refletiu acerca da questão de gênero e desconectou esse conceito das sexualidades e práticas sexuais, apresentando uma visão mais aprofundada de um assunto que é muito mais cotidiano do que se pensa. Tal distanciamento é importante para que aconteça a diminuição do preconceito quanto à simples discussão desse tema por parte da sociedade em geral, mas especialmente da comunidade escolar. Como a autora, Varikas (2016) também refletiu sobre o conceito de sexualidade como sendo passível de muitas interpretações e mutações, o que torna o debate ainda mais complexo e demanda uma série de ações e pesquisas para que sejam discutidos de forma madura e livre de conceitos meramente arcaicos e excludentes.

Muito desse preconceito é oriundo das tratativas de sexualidade e gênero difundidas a partir de conceitos conservadores, como explica Torres (2013). O distanciamento dessas questões sociais de práticas religiosas deve ser considerado, especialmente, se forem levados em consideração a diversidade de pensamentos e crenças que povoam as escolas e os demais ambientes sociais do Brasil. Embora haja a necessidade de respeitar as opiniões e formações domésticas sobre as sexualidades e gênero durante o processo de ensino-aprendizagem, como afirma Vidal (2002), há que se entender que trata-se de uma questão que envolve um número significativo de atores, com distintas orientações e credos, mas que convivem em igual número de direitos em locais de comum acesso e protegidos pela democracia.

Considerando os fatores sociais já mencionados, vale ressaltar a importância da gestão escolar nesse processo quanto ao incentivo a ações que mitiguem o preconceito presente nas instituições de Educação Básica de todo o país. Libâneo (2013) reflete sobre a importância do gestor na manutenção de um ambiente democrático e que seja capaz de acolher as diversidades que são característica da sociedade. O autor também salienta a importância da participação de outros atores, como os pais e os professores, mas cabe ao gestor articular todas essas forças e não permitir que ações preconceituosas e conservadores, que impedem os avanços sociais e a inclusão social de todas as pessoas, aconteçam na escola e em todos os ambientes relacionados à experiência escolar.

Desta forma, vale pontuar especificamente a questão das sexualidades e de identidade de gênero, enquanto aspectos que precisam ser cuidados pelo gestor, na pessoa do diretor escolar, como afirma Lück (2009). Cabe a esse profissional fazer com que todo o processo envolvido na experiência escolar seja pautado, também, de forma a respeitar a diversidade de gênero e garantir que ações sejam tomadas para que os alunos não se sintam diminuídos por um fator que não deveria estar relacionado à sua vivência escolar, especialmente por se tratar de um aspecto pessoal, da escolha de cada indivíduo.

Grochoska (2014) também explica a importância da gestão escolar na equalização da participação de todos os membros da comunidade escolar em sua dinâmica. É correto afirmar que a autora também considera indivíduos que apresentam conceitos de gênero diferentes do da maioria das pessoas. Não cabe à escola ser a responsável por julgar se determinados

comportamentos são corretos ou não, mas cabe a ela garantir que cada opinião, comportamento ou prática seja respeitada em sua totalidade, especialmente por meio de uma gestão escolar atuante e participativa, que trabalha em prol de todos os envolvidos, sem fazer distinções.

Considerações Finais

A reflexão proposta por esse trabalho auxilia na compreensão da importância de uma gestão escolar que esteja voltada para as dimensões humanas e político-sociais dos alunos, especialmente dos que vêm de realidades não favoráveis para tais tratativas por parte da família e grupo social.

Nota-se a falta de compreensão, por parte da sociedade e, conseqüentemente, por parte da escola, de aspectos importantes do convívio social, como os relacionados às sexualidades e identidade de gênero. Tais temas, geralmente, estão conectados a vivências sexuais, as quais não são o foco de pesquisadores e teóricos quando se trata do assunto o relacionando à educação.

Dessa forma, o papel do gestor escolar é fomentar a discussão desses assuntos e preparar a equipe pedagógica para a administração de demandas que possa surgir durante o processo ensino-aprendizagem. Não se trata apenas de educação sexual, mais do que isso, o gestor precisa garantir que todos os valores defendidos pelas famílias sejam respeitados no ambiente escolar, tanto os mais conservadores quanto os mais progressistas.

Cabe também à gestão escolar buscar entender as diversas realidades que o ambiente da educação básica pode apresentar e trabalhar para que toda a escola se esforce para que cada aluno seja respeitado na sua individualidade, sem reforçar preconceitos e estereótipos, considerando sempre os seres humanos que ocupam as carteiras e salas de aula e sabendo que cada um tem seu papel na sociedade em que estão inseridos.

Referências

- BUTLER, J. A ordem compulsória do sexo/gênero/desejo. In: **Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2017. p. 25-28.
- CANDAU, V. M. A didática e a formação de educadores – Da exaltação à negação: a busca da relevância. In: **A didática em questão**. Petrópolis: Vozes. 1983. p. 11 – 34.
- CARDIERI, E. Direitos Humanos e Formação de Educadores: Algumas Reflexões. **Form. Doc.**, v. 03, n. 04, p. 23-32, jan./jul. 2011. Disponível em <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br>. Acesso em: 07 de jul 2017
- GROCHOSKA, M. A. Gestão Escolar: um constante exercício na escola. In: **Organização Escolar – Perspectivas e enfoques**. Curitiba: Intersaberes. 2014. p. 87 – 118.
- LIBÂNEO, J. C. L. Os conceitos de organização, gestão participação e cultura organizacional. In: **Organização e gestão da escola – Teoria e prática**. São Paulo: Heccus. 2013. p. 85 – 98.
- LOPES, L. P. M. Sexualidade em sala de aula: discurso, desejo e teoria *queer*. In: **Multiculturalismo, Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. Petrópolis: Vozes. 2013. p. 125 – 148.
- LÜCK, H. Fundamentação e princípios da educação e da gestão escolar. In: **Dimensões da**

gestão escolar e suas competências. Curitiba: Positivo. p. 15 – 30. Disponível em: <http://files.diretortecniconpe.webnode.com/200000067-5f5ce614de/dimensoes-gestao-escolar.pdf>. Acesso em: 10 de mar de 2018.

MELO, A. Temas Contemporâneos da relação entre educação e cultura. In: **Fundamentos Socioculturais da educação**. Curitiba: Intersaberes. 2012. p. 83 – 156.

MELO, A. URBANETZ, S. T. A relação ensino-Aprendizagem. In: **Fundamentos de Didática**. Curitiba, PR: Intersaberes. 2012. P.105-135.

SAVIANI, D. As teorias da educação e o problema da marginalidade. In: **Escola e democracia**. Campinas: Autores associados. 2000. p. 15-42.

TORRES, M. A. As sexualidades, o preconceito contra LGBT e a escola. In: **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2013. p. 31 – 48.

_____. A cidadania LGBT nas configurações da educação formal e da educação não formal. In: **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2013. p. 49 – 64.

VARIKAS, H. Gênero: Um conceito itinerante. In: **Pensar o sexo e o gênero**. Campinas: Unicamp. p. 17 – 54.

VIDAL, M. A educação sexual. In: **Ética da sexualidade**. São Paulo: Loyola Jesuítas. 2002. p. 131 – 143.